

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 5/2023 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Aos 12 dias de junho de 2023, às 16h10min, a Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá, com a presença dos vereadores Aline Moreira Silva Melo, Gilson Fazolla Filgueiras e José Carlos Reis Pereira, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Membro, para receber os representantes da Secretaria de Saúde do Município de Ubá, sr. Raphael Vicente Ignacchiti de Andrade Pimentel, Gerente de Divisão da Atenção e Promoção à Saúde, sr. João Paulo da Silva, Gerente de Divisão de Planejamento e Gestão de Saúde, e sra. Marilândia Pires Antunes, Gerente de Divisão de Vigilância em Saúde, que vieram falar sobre as resoluções anexadas aos projetos de abertura de crédito, protocolados na Casa pelo Executivo.

Também estavam presentes os vereadores Célio Lopes dos Santos e José Maria Fernandes.

A vereadora Aline iniciou a reunião esclarecendo que os valores trazidos pelas resoluções, mesmo que aprovados pela Câmara, não poderão ser utilizados em cirurgias do SUS, de média e alta complexidade.

Esclareceu, também, que para fazer qualquer procedimento pelo SUS é necessário que o hospital seja cadastrado para os devidos custeios. O cadastramento é realizado pelo Ministério da Saúde, governo federal.

O vereador Gilson perguntou sobre o contrato de cirurgias eletivas, que até março de 2022 era renovado de 3 em 3 meses e em 4 de junho de 2023 passou a ser de 12 meses. E também questionou sobre a quantidade e o valor unitário de cada cirurgia, que antes constavam na planilha publicada e na de 2023 foram suprimidos.

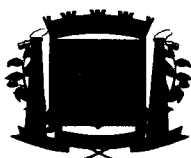
O João Paulo disse que no portal da transparência é possível ter acesso a essas informações completas, que a publicação é resumida.

Assuntou que o município não tem recurso vinculado para financiar o teto MAC, mas, em função da desassistência, ele optou por dispor de um valor para cobrir (média de 500 mil/mês).

Disse que existe a Programação Pactuada Integrada (PPI) onde são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente no município, mas o gestor do recurso é o Estado, a função do município é supervisionar, auditar e regular o acesso. A portaria que regulamentou os valores é de 2001, apresentando-se desatualizada quanto aos valores atuais dos serviços. Citou que o valor de uma consulta médica é de R\$ 10,00 e de enfermagem R\$ 6,00 reais, laboratório clínico (exame de urina) custa R\$ 1,85. Portanto, o valor repassado é aquém, por isso, o Município complementa para não deixar de prestar o serviço.

Citou o exemplo da cirurgia ortopédica, que existe uma demanda que está parada, porque não há cobertura pelo SUS e é uma cirurgia cara.

O vereador Gilson disse que gostaria de mais transparência nos gastos com a saúde, pois o município gastou 28% do orçamento e as filas continuam. Que, inclusive, questionará sobre esses recursos aprovados pela Câmara, a fim de deixar a população ciente.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O vereador José Carlos disse que precisam se reunir para discutir soluções no governo federal. E questionou sobre os hospitais de Ubá receberem pacientes da região.

O sr. João Paulo esclareceu que o município de Ubá, por meio do prefeito, optou por fazer parte da rede de atendimento da urgência e emergência, que foi instituída e implantada, da microrregião, portanto eles são referência para prestar o serviço. Os hospitais recebem verba dos entes federados para custear.

Sobre o comentário do vereador Gilson que o contrato prevê 1 milhão de cirurgias e a demanda “não diminui”, o sr. João Paulo disse que os recursos próprios são destinados a cobertura de algum procedimento especial, e nesse caso serão destinados a cirurgias urológicas e de retina, via consórcio de saúde, e acrescentou que o contrato será cumprido mês a mês, desde que haja recurso disponível.

Com relação ao teto financeiro da saúde, a cota, disse que hoje eles não trabalham mais com orçamento, o gasto é realizado de acordo com o dinheiro que possui em caixa. O valor que trabalham atualmente é de 23%. O estabelecimento da cota foi deliberado pela Junta de Execução Orçamentária e Financeiras – JEOF - e a secretaria de planejamento executou.

Disse que o município prioriza realizar os serviços que lhe dão algum retorno, como promoção em saúde, atenção básica, pré-natal, hipertensão.

Para atender a demanda das cirurgias eletivas estão elaborando um projeto, junto ao estado, para que exista um repasse, ainda que pequeno, para que os procedimentos ocorram mesmo que periodicamente, podendo ser de 3 em 3 meses ou intervalo maior.

Disse que a migração das pessoas para o SUS, antes contribuintes de plano de saúde particular, e as demandas judiciais acarretaram um aumento nas filas.

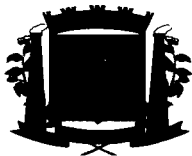
O vereador Gilson, aproveitando a presença dos técnicos, perguntou o motivo de um paciente ter se encaminhado ao Núcleo do Câncer para ser atendido, onde houve a necessidade da troca do pedido de exame e a Secretaria de Saúde não o fez. O sr. João Paulo explicou que o Núcleo não faz parte da rede municipal de saúde, para o paciente ser atendido pelo SUS, ele precisa, primeiramente, consultar na atenção primária.

O João Paulo contou que a administração do Núcleo do Câncer não demonstrou interesse em ser integrante do SUS, porque precisariam se submeter a Secretaria Municipal de Saúde.

A sra. Marilândia disse que o valor trazido pelas resoluções ajudará em muitos gastos custeados com recurso próprio, por exemplo, compra de material de limpeza e escritório, permitirá o conserto de 7 câmaras frias de vacinas (R\$ 36.000,00), custeará a equipe volante de vacinação, o pessoal que realiza testes em hospitais, que notifica, custeará exames, dentre outros gastos.

O vereador José Roberto comentou que se a resolução irá cobrir gastos, hoje cobertos com recurso próprio, a “sobra” deveria ser utilizada para promover melhorias nos postos de saúde e compra de exames, por exemplo.

O vereador José Maria criticou a quantidade de ficha disponível para atendimento e a falta de profissionalismo de alguns servidores dos postos de saúde de Diamante.




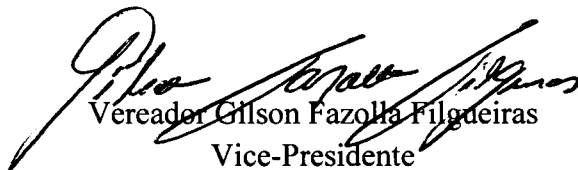
Câmara Municipal de Ubá

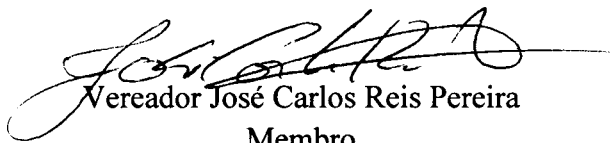
ESTADO DE MINAS GERAIS

O sr. Raphael contou que é realizado treinamento e cursos de acolhimento com esses profissionais.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 18 horas.


Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Presidente


Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Vice-Presidente


Vereador José Carlos Reis Pereira
Membro